Documento 11

ANEXO V

DOS DOCUMENTOS E LIVROS FISCAIS

(a que se referem os artigos 130, 131 e 160 deste Regulamento)

SUMÁRIO

		ARTIGOS
PARTE 1	DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS AOS DOCUMENTOS E LIVROS FISCAIS	PARTE 1
TÍTULO I	DOS DOCUMENTOS RELATIVOS AS OPERAÇÕES DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS	
CAPÍTULO I	DA NOTA FISCAL	1º a 17
CAPÍTULO II	DO ROMANEIO	18 e 19
CAPÍTULO III	DA NOTA FISCAL A SER EMITIDA NA ENTRADA DE MERCADORIA	20 a 27
CAPÍTULO IV	DOS DOCUMENTOS FISCAIS EMITIDOS POR ECF E DA NOTA FISCAL DE VENDA A CONSUMIDOR	
Seção I	Dos Documentos Fiscais Eletrônicos Emitidos por ECF	28 a 34 A
Seção II	Da Nota Fiscal de Venda a Consumidor	35 e 36
CAPÍTULO V	DA NOTA FISCAL DE PRODUTOR E DA NOTA FISCAL AVULSA DE PRODUTOR	37 a 46
CAPÍTULO VI	DA NOTA FISCAL AVULSA	47 a 53
CAPÍTULO VI-A	DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA AVULSA (Revogado)	53-A e 53-B
CAPÍTULO VI-B	DA NOTA FISCAL AVULSA EMITIDA POR MEIO DO SIARE	53-C e 53-H
CAPÍTULO VII	DA NOTA FISCAL/CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA	54 a 57
CAPÍTULO VIII	DO PRAZO DE VALIDADE DA NOTA FISCAL	58 a 67
CAPÍTULO IX	DO CERTIFICADO DE CRÉDITO DO ICMS	68 a 70
TÍTULO II	DOS DOCUMENTOS FISCAIS RELATIVOS AS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE	
CAPÍTULO I	DA NOTA FISCAL DE SERVIÇO DE TRANSPORTE	71 a 75
CAPÍTULO I-A	DA NOTA FISCAL DE SERVIÇO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO (Revogado)	75-A a 75-C
CAPÍTULO II	DO EXCESSO DE BAGAGEM	76 a 79
CAPÍTULO III	DO CONHECIMENTO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS E DO MANIFESTO DE CARGA	80 a 87
CAPÍTULO III-A	DO MANIFESTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS FISCAIS	87-A a 87-H
CAPÍTULO IV	DO CONHECIMENTO DE TRANSPORTE AQUAVIÁRIO DE CARGAS	88 a 92
CAPÍTULO V	DO CONHECIMENTO AÉREO E DO RELATÓRIO DE EMISSÃO DE CONHECIMENTOS AÉREOS	93 a 102
CAPÍTULO VI	DO CONHECIMENTO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS (Revogado)	103 a 106
CAPÍTULO VI-A	DO CONHECIMENTO DE TRANSPORTE ELETRÔNICO	106-A a 106-F
CAPÍTULO VII	DO BILHETE DE PASSAGEM RODOVIÁRIO	107 a 109
CAPÍTULO VIII	DO BILHETE DE PASSAGEM AQUAVIÁRIO	110 a 112
CAPÍTULO IX	DO BILHETE DE PASSAGEM FERROVIÁRIO	113 a 116
CAPÍTULO X	DA AUTORIZAÇÃO DE CARREGAMENTO E TRANSPORTE	117 a 121
CAPÍTULO XI	DO DESPACHO DE TRANSPORTE	122 a 126
CAPÍTULO XII	DO RESUMO DE MOVIMENTO DIÁRIO	127 a 133
CAPÍTULO XIII	DA ORDEM DE COLETA DE CARGAS	134 a 136
CAPÍTULO XIV	DO CONHECIMENTO DE TRANSPORTE MULTIMODAL DE CARGAS - CTMC	136-A a 136-G
TÍTULO III	DOS DOCUMENTOS FISCAIS RELATIVOS ÀS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	
CAPÍTULO I	DA NOTA FISCAL DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO	137 a 141
CAPÍTULO II	DA NOTA FISCAL DE SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES	142 a 145
TÍTULO III-A	DOS FORMULÁRIOS DE SEGURANÇA	
CAPÍTULO I	DO FORMULÁRIO DE SEGURANÇA	145-A e 145-B
CAPÍTULO II	DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE FORMULÁRIO DE SEGURANÇA	145-C e 145-D
CAPÍTULO III	DA UTILIZAÇÃO DO FORMULÁRIO DE SEGURANÇA	145-E e 145-F

		ARTIGOS
TÍTULO IV	DOS DOCUMENTOS FISCAIS COMUNS AS OPERAÇÕES DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E ÀS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE E DE COMUNICAÇÃO	
CAPÍTULO I	DO CARTÃO DE INSCRIÇÃO DE PRODUTOR	146
CAPÍTULO II	DA SOLICITAÇÃO E DA AUTORIZAÇÃO PARA IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS	147
CAPÍTULO III	DA DECLARAÇÃO ANUAL DO MOVIMENTO ECONÔMICO E FISCAL	148 a 151
CAPÍTULO IV	DA DECLARAÇÃO DE APURAÇÃO E INFORMAÇÃO DO ICMS E DA GUIA NACIONAL DE INFORMAÇÃO E APURAÇÃO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA.	152 a 155
TÍTULO V	DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS POR INTERMÉDIO DA INTERNET	
CAPÍTULO I	DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	156 a 158
CAPÍTULO II	DAS OBRIGAÇÕES DO USUÁRIO	159 a 161
CAPÍTULO III	DO PRAZO PARA TRANSMISSÃO	162
CAPÍTULO IV	DA VALIDAÇÃO E DA RECUSA DE TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS PELA INTERNET	163 a 165
TÍTULO VI	DOS LIVROS E DOCUMENTOS DESTINADOS A ESCRITURAÇÃO FISCAL	
CAPÍTULO I	DO REGISTRO DE ENTRADAS	166 a 171
CAPÍTULO II	DO REGISTRO DE SAÍDAS	172 a 175
CAPÍTULO III	DO REGISTRO DE CONTROLE DA PRODUÇÃO E DO ESTOQUE	176 a 188
CAPÍTULO IV	DO REGISTRO DE IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS	189 a 192
CAPÍTULO V	DO REGISTRO DE UTILIZAÇÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS E TERMOS DE OCORRÊNCIAS	193 a 196
CAPÍTULO VI	DO REGISTRO DE INVENTÁRIO	197 a 201
CAPÍTULO VII	DO REGISTRO DE APURAÇÃO DO ICMS	202 a 203
CAPÍTULO VIII	DO CONTROLE DE CRÉDITO DE ICMS DO ATIVO PERMANENTE	204 a 206
TÍTULO VII	DOS SISTEMAS DE CONTROLE DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO	
CAPÍTULO I	DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	207
CAPÍTULO II	DO SISTEMA DE CONTROLE INTERESTADUAL DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO (SCIMT) E DO PASSE FISCAL INTERESTADUAL (PFI)	
Seção I	Da Emissão do Passe Fiscal Interestadual	208 a 211
Seção II	Da Baixa do Passe Fiscal Interestadual	212
CAPÍTULO III	DO SISTEMA INTEGRADO DE EXPORTAÇÃO E DO REGISTRO DE TRÂNSITO ESTADUAL (RITE)	
Seção I	Do Registro de Início de Trânsito Estadual	213 e 214
Seção II	Do Registro da Nota Fiscal e da Emissão do Registro de Início de Trânsito Estadual	215 e 216
Seção III	Da Conclusão do Trânsito Rodoviário Estadual	217 a 219
Seção IV	Do Registro de Passagem do Trânsito Estadual pela via Ferroviária	220
CAPÍTULO IV	DAS DISPOSIÇÕES COMUNS	221 a 223
PARTE 2	CÓDIGO FISCAL DE OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES	PARTE 2
PARTE 3	DO CÓDIGO DE SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA	PARTE 3
PARTE 4	MODELOS DE DOCUMENTOS FISCAIS	PARTE 4
PARTE 5	MODELOS DE LIVROS FISCAIS	PARTE 5

ANEXO V**DOS DOCUMENTOS E LIVROS FISCAIS**
(a que se referem os artigos 130, 131 e 160 deste Regulamento)**PARTE 1****DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS AOS DOCUMENTOS E LIVROS FISCAIS****TÍTULO I**
DOS DOCUMENTOS RELATIVOS ÀS OPERAÇÕES
DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS**CAPÍTULO I**
Da Nota Fiscal

(1756) **Art. 1º** Os estabelecimentos, inclusive o de produtor rural inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS, emitirão Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, ou Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), modelo 55:

Efeitos de 1º/04/2008 a 30/09/2010 - Redação dada pelo art. 2º, IV, e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do Dec. nº 44.765, de 28/03/2008:

“Art. 1º Os estabelecimentos, inclusive o de produtor rural, inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS, emitirão Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, ou Nota Fiscal Eletrônica (NF-e):”

Efeitos de 15/12/2002 a 31/03/2008 - Redação original:

“Art. 1. Os estabelecimentos, inclusive o de produtor rural inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS, emitirão Nota Fiscal, modelos 1 ou 1-A, vedada sua utilização simultânea, salvo quando adotadas séries distintas nos termos do § 2º do artigo 136 deste Regulamento:”

I - sempre que promoverem a saída de mercadorias;

II - na transmissão da propriedade das mercadorias, quando estas não devam transitar pelo estabelecimento transmitente;

III - sempre que, no estabelecimento, entrarem bens ou mercadorias, real ou simbolicamente, nas hipóteses do [artigo 20](#) desta Parte.

(1610) Parágrafo único. Relativamente à NF-e:

(1610) I - será obrigatória:

Efeitos de 1º/04/2008 a 17/03/2010 - Acrescido pelo art. 2º, IV, e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do Dec. nº 44.765, de 28/03/2008:

“Parágrafo único. Relativamente à utilização da NF-e:

I - será obrigatória nas hipóteses definidas em protocolo celebrado entre os Estados e o Distrito Federal;”

(1610) **Efeitos a partir de 18/03/2010** - Redação dada pelo art. 2º, I, e vigência estabelecida pelo art. 4º, III, ambos do [Dec. nº 45.328, de 17/03/2010](#).

(1756) **Efeitos a partir de 1º/10/2010** - Redação dada pelo art. 1º e vigência estabelecida pelo art. 2º, ambos do [Dec. nº 45.477, de 30/09/2010](#).

- (1611) a) nas hipóteses definidas em protocolo celebrado entre os Estados e o Distrito Federal;
- (1611) b) conforme portaria da Superintendência de Arrecadação e Informações Fiscais (SAIF), na hipótese de contribuinte que possua estabelecimento somente neste Estado;
- (2574) c) na hipótese em que o contribuinte, não estando alcançado pela obrigação, opte por sua emissão;
- (2577) II -

Efeitos de 18/03/2010 a 30/12/2014 - Redação dada pelo art. 2º, I, e vigência estabelecida pelo art. 4º, III, ambos do Dec. nº 45.328, de 17/03/2010:

“II - será facultativa, para as hipóteses não indicadas no inciso I;”

Efeitos de 1º/04/2008 a 17/03/2010 - Acrescido pelo art. 2º, IV, e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do Dec. nº 44.765, de 28/03/2008:

“II - será facultativa, nos demais casos, desde que o contribuinte utilize Sistema de Processamento Eletrônico de Dados nos termos do Anexo VII.”

- (1611) III - a sua Autorização de Uso poderá ser denegada mediante Regime Especial de Controle e Fiscalização, previsto nos artigos 197 a 200 deste Regulamento;
- (2575) IV - não será obrigatória para o estabelecimento do contribuinte cuja atividade exercida ou constante de seus atos constitutivos, ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), ou no cadastro de Contribuintes do Estado, não esteja dentre os códigos da CNAE relacionados no Anexo Único do Protocolo 42, de 3 de julho de 2009, observado o disposto na alínea “c” do inciso I deste parágrafo.

Efeitos de 1º/10/2010 a 30/12/2014 - Acrescido pelo art. 1º e vigência estabelecida pelo art. 2º, ambos do Dec. nº 45.477, de 30/09/2010:

“IV - não será obrigatória para o estabelecimento do contribuinte cuja atividade exercida ou constante de seus atos constitutivos, ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), ou no cadastro de Contribuintes do Estado, não esteja dentre os códigos da CNAE relacionados no Anexo Único do Protocolo 42, de 3 de julho de 2009.”

- (1611) **Efeitos a partir de 18/03/2010** - Acrescido pelo art. 2º, I, e vigência estabelecida pelo art. 4º, III, ambos do Dec. nº 45.328, de 17/03/2010.
- (1757) **Efeitos a partir de 1º/10/2010** - Acrescido pelo art. 1º e vigência estabelecida pelo art. 2º, ambos do Dec. nº 45.477, de 30/09/2010.
- (2574) **Efeitos a partir de 31/12/2014** - Acrescido pelo art. 3º e vigência estabelecida pelo art. 6º, ambos do Dec. nº 46.701, de 30/12/2014.
- (2575) **Efeitos a partir de 31/12/2014** - Redação dada pelo art. 3º e vigência estabelecida pelo art. 6º, ambos do Dec. nº 46.701, de 30/12/2014.
- (2577) **Efeitos a partir de 31/12/2014** - Revogado pelo art. 5º e vigência estabelecida pelo art. 6º, ambos do Dec. nº 46.701, de 30/12/2014.

(1133) **Art. 2º** A Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, conterá, nos quadros e campos próprios, observada a respectiva disposição gráfica, as indicações do quadro a seguir:

Efeitos de 15/12/2002 a 31/03/2008 - Redação original:

“Art. 2º A nota fiscal conterá, nos quadros e campos próprios, observada a disposição gráfica dos modelos 1 e 1-A, as indicações do quadro a seguir:”

QUADROS	CAMPOS	OBSERVAÇÕES
EMITENTE	1 - o nome ou razão social; 2 - o endereço; 3 - o bairro ou distrito; 4 - o município; 5 - a unidade da Federação; 6 - o telefone ou fax; 7 - o Código de Endereçamento Postal (CEP); 8 - o número de inscrição no CNPJ; 9 - a natureza da operação de que decorrer a saída ou a entrada, tais como: venda, compra, transferência, devolução, importação, consignação, remessa (para fins de demonstração, de industrialização ou outra); 10 - o Código Fiscal de Operações e Prestações (CFOP); 11 - o número de inscrição estadual do substituto tributário na unidade da Federação em favor da qual é retido o imposto, quando for o caso; 12 - o número de inscrição estadual; 13 - a denominação “Nota Fiscal”; 14 - a indicação da operação, se de entrada ou de saída; 15 - o número de ordem da nota fiscal e, imediatamente abaixo, a expressão “Série”, acompanhada do número correspondente, se adotada nos termos do § 2º do artigo 136 deste Regulamento; 16 - o número e destinação da via da nota fiscal; 17 - a data-limite para emissão da nota fiscal, ou a indicação “00.00.00” quando não estabelecida; 18 - a data de emissão da nota fiscal; 19 - a data da efetiva saída ou entrada da mercadoria no estabelecimento; 20 - a hora da efetiva saída da mercadoria do estabelecimento.	1 - As indicações dos campos 1 a 8, 12, 13, 15, 16 e 17 serão impressas tipograficamente. 2 - As indicações dos campos 1, 8 e 12, serão impressas, no mínimo, em corpo “8”, não condensado. 3 - A nota fiscal fornecida e visada pela repartição fazendária terá a denominação “Nota Fiscal Avulsa”, hipótese em que ficam dispensadas de impressão tipográfica as indicações dos campos 1 a 8 e 12, observando-se o seguinte: a) os dados relativos ao emitente serão inseridos no quadro “Emitente”; b) o quadro “Destinatário/ Remetente” será desdobrado em quadros “Remetente” e “Destinatário”, com a inclusão de códigos destinados a identificar os respectivos municípios. 4 - As indicações dos campos 2 a 8, 12 e 15 poderão ser impressas pelo sistema de processamento eletrônico de dados, observados os requisitos da legislação pertinente. 5 - As indicações a que se refere o campo 11 serão prestadas quando o emitente da nota fiscal for substituto tributário.
DESTINATÁRIO/ REMETENTE	1 - o nome ou razão social; 2 - o número de inscrição no CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do Ministério da Fazenda; 3 - o endereço; 4 - o bairro ou distrito; 5 - o CEP; 6 - o município; 7 - o telefone ou fax; 8 - a unidade da Federação; 9 - o número de inscrição estadual.	Nas operações de exportação, o campo destinado ao município será preenchido com a cidade e o país de destino.
FATURA		Quando adotado pelo emitente, deverá conter as indicações previstas na legislação pertinente.

(1133) **Efeitos a partir de 1º/04/2008** - Redação dada pelo art. 2º, IV, e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do [Dec. nº 44.765, de 28/03/2008](#).

QUADROS	CAMPOS	OBSERVAÇÕES
DADOS PRODUTO	DO 1 - o código adotado pelo estabelecimento para identificação do produto; 2 - a descrição dos produtos, compreendendo: nome, marca, tipo, modelo, série, espécie, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação; (1612) 3 - o código estabelecido na Nomenclatura Comum do Mercosul/Sistema Harmonizado - NBM/SH, nas operações realizadas por estabelecimento industrial ou a ele equiparado, nos termos da legislação federal, e nas operações de comércio exterior;	1 - A indicação do campo 1: a) deverá ser efetuada com os dígitos correspondentes ao código de barras, se o contribuinte utilizar o referido código para o seu controle interno; b) poderá ser dispensada e suprimida a coluna "Código Produto", na hipótese de o contribuinte não utilizar códigos para identificação de seus produtos. (1612) 2 - Nas operações não realizadas por estabelecimento industrial ou a ele equiparado, nos termos da legislação federal, ou que não se referirem ao comércio exterior, será obrigatória somente a indicação do correspondente capítulo da Nomenclatura Comum do Mercosul/Sistema Harmonizado - NBM/SH.

Efeitos de 15/12/2002 a 31/03/2010 - Redação original:

	3 - a classificação fiscal dos produtos, quando exigida pela legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);	2 - Em substituição à aposição dos códigos da Tabela do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), no campo "Classificação Fiscal", poderá ser indicado outro código, desde que, no campo "Informações Complementares" do quadro "Dados Adicionais", ou no verso da nota fiscal, seja impressa, por meio indelével, tabela com a respectiva decodificação.
	4 - o Código de Situação Tributária (CST); 5 - a unidade de medida utilizada para a quantificação dos produtos; 6 - a quantidade dos produtos; 7 - o valor unitário dos produtos; 8 - o valor total dos produtos; 9 - a alíquota do ICMS; 10 - a alíquota do IPI, quando for o caso; 11 - o valor do IPI, quando for o caso.	3 - Nas operações sujeitas a mais de uma alíquota ou situação tributária, os dados do quadro "Dados do Produto" deverão ser subtotalizados por alíquota ou situação tributária.
CÁLCULO DO IMPOSTO	1 - a base de cálculo total do ICMS; 2 - o valor do ICMS incidente na operação; 3 - a base de cálculo aplicada para a determinação do valor do ICMS retido por substituição tributária, quando for o caso; 4 - o valor do ICMS retido por substituição tributária, quando for o caso; 5 - o valor total dos produtos; 6 - o valor do frete; 7 - o valor do seguro; 8 - o valor de outras despesas acessórias; 9 - o valor total do IPI, quando for o caso; 10 - o valor total da nota fiscal.	As indicações dos campos 3 e 4 serão prestadas quando o emitente da nota fiscal for o substituto tributário.

(1612) Efeitos a partir de 1º/04/2010 - Redação dada pelo art. 2º, I, e vigência estabelecida pelo art. 4º, II, ambos do Dec. nº 45.328, de 17/03/2010.

QUADROS	CAMPOS	OBSERVAÇÕES
TRANSPORTADOR/ VOLUMES TRANSPORTADOS	<p>1 - o nome ou razão social do transportador e a expressão “Autônomo”, se for o caso;</p> <p>2 - a condição de pagamento do frete: se por conta do emitente ou do destinatário;</p> <p>3 - a placa do veículo, no caso de transporte rodoviário, ou outro elemento identificativo nos demais casos;</p> <p>4 - a unidade da Federação de registro do veículo;</p> <p>5 - o número de inscrição do transportador no CNPJ ou CPF;</p> <p>6 - o endereço do transportador;</p> <p>7 - o município do transportador;</p> <p>8 - a unidade da Federação do domicílio do transportador;</p> <p>9 - o número de inscrição estadual do transportador, quando for o caso;</p> <p>10 - a quantidade de volumes transportados;</p> <p>11 - a espécie dos volumes transportados;</p> <p>12 - a marca dos volumes transportados, quando for o caso;</p> <p>13 - a numeração dos volumes transportados, quando for o caso;</p> <p>14 - o peso bruto dos volumes transportados;</p> <p>15 - o peso líquido dos volumes transportados.</p>	<p>1 - Caso o transportador seja o próprio remetente ou o destinatário, esta circunstância será indicada no campo “Nome/Razão Social”, com a expressão “Remetente” ou “Destinatário”, dispensadas as indicações dos campos 2 e 5 a 9.</p> <p>2 - No campo “Placa do Veículo” deverá ser indicada a placa do veículo tracionado, quando se tratar de reboque ou semi-reboque deste tipo de veículo, devendo a placa dos demais veículos tracionados, quando houver, ser indicada no campo “Informações Complementares”.</p>
DADOS ADICIONAIS	<p>1 - no campo “Informações Complementares”, indicações exigidas neste Regulamento e dados de interesse do emitente, tais como: não-incidência, isenção, diferimento, suspensão, redução de base de cálculo, número do pedido, vendedor, emissor da nota fiscal, local de entrega, quando diverso do endereço do destinatário, nas hipóteses previstas na legislação, e propaganda;</p> <p>2 - no campo “Reservado ao Fisco”, indicações de uso exclusivo do Fisco;</p> <p>3 - o número de controle do formulário, no caso de nota fiscal emitida por processamento eletrônico de dados.</p>	<p>1 - Nas vendas a prazo, quando não houver emissão de nota fiscal-fatura ou de fatura ou, ainda, quando esta for emitida em separado, a nota fiscal, além dos requisitos exigidos neste Capítulo, deverá conter, impressas ou mediante carimbo, no campo, “Informações Complementares”, indicações sobre a operação, tais como: preço à vista, preço final, quantidade, valor e datas de vencimento das prestações.</p> <p>2 - Na operação interestadual com produtos tributados e não tributados acobertada pela mesma nota fiscal, em que tenha ocorrido a retenção do imposto por substituição tributária, os valores do ICMS retido, em relação aos produtos tributados e aos não tributados, deverão ser indicados, separadamente, no campo “Informações Complementares”.</p> <p>3 - Na nota fiscal emitida relativamente à saída de mercadorias em retorno ou em devolução deverão ser indicados, ainda, no campo “Informações Complementares”, o número, a data de emissão e o valor da operação do documento original.</p>

QUADROS	CAMPOS	OBSERVAÇÕES
		4 - Caso o campo “Informações Complementares” não seja suficiente para conter as indicações exigidas, poderá ser utilizado, excepcionalmente, o quadro “Dados do Produto”, desde que não prejudique a sua clareza.

(1133) **Art. 3º** No rodapé ou na lateral direita da Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, deverão constar, impressos tipograficamente, no mínimo, em corpo “5” não condensado, o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CNPJ, do impressor da nota, a data e a quantidade impressa, os números de ordem da primeira e da última nota impressas e respectiva série, quando for o caso, o número e a data da AIDF e a identificação da Administração Fazendária (AF) que a houver concedido.

Efeitos de 15/12/2002 a 31/03/2008 - Redação original:

“Art. 3º No rodapé ou na lateral direita da nota fiscal deverão constar, impressos tipograficamente, no mínimo, em corpo “5” não condensado, o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CNPJ, do impressor da nota, a data e a quantidade impressa, os números de ordem da primeira e da última nota impressas e respectiva série, quando for o caso, o número e a data da AIDF e a identificação da Administração Fazendária (AF) que a houver concedido.”

Art. 4º No comprovante de entrega dos produtos, que integrará apenas a 1ª (primeira) via da nota fiscal, na forma de canhoto destacável, deverá constar:

I - a declaração de recebimento dos produtos;

II - a data do recebimento dos produtos;

III - a identificação e assinatura do recebedor dos produtos;

IV - a expressão “Nota Fiscal”, impressa tipograficamente;

V - o número de ordem da nota fiscal, impresso tipograficamente ou por processamento eletrônico de dados, observados os requisitos da legislação pertinente.

(2245) **Parágrafo único.** Relativamente aos incisos I a III do *caput*, tratando-se de NF-e, as informações serão inseridas, de forma manuscrita, no DANFE, ou enviadas, por meio eletrônico, nos termos do art. 11-K desta Parte.

Efeitos de 06/03/2013 a 24/06/2013 - Acrescido pelo art. 2º e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do Dec. nº 46.172, de 05/03/2013:

“Parágrafo único. Relativamente aos incisos I a III do caput, tratando-se de NF-e, os requisitos serão inseridos de forma manuscrita no DANFE, ou eletronicamente, em conformidade com disposto no art. 11-K desta Parte.”

Art. 5º Observados os requisitos da legislação pertinente, a nota fiscal poderá ser emitida por processamento eletrônico de dados, com espaço em branco de até 5,0cm na margem superior, na hipótese de uso de impressora matricial.

Art. 6º Os dados relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) serão inseridos, quando for o caso, entre os quadros “Dados do Produto” e “Cálculo do Imposto”, conforme legislação municipal, respeitados os tamanhos mínimos dos quadros e campos estipulados neste Capítulo e a sua disposição gráfica.

Art. 7º Poderão ser incluídas, numa mesma nota fiscal, operações enquadradas em diferentes códigos, hipótese em que estes serão indicados no campo “CFOP” do quadro “Emitente”, e no quadro “Dados do Produto”, na linha correspondente a cada item, após a descrição do produto.

(1133) **Efeitos a partir de 1º/04/2008** - Redação dada pelo art. 2º, IV, e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do Dec. nº 44.765, de 28/03/2008.

(2245) **Efeitos a partir de 25/06/2013** - Redação dada pelo art. 2º e vigência estabelecida pelo art. 4º, ambos do Dec. nº 46.261, de 24/06/2013.

Art. 8º A nota fiscal poderá conter, impressas tipograficamente no verso, informações complementares de interesse do emitente, hipótese em que será reservado espaço, com a dimensão mínima de 100 X 150mm, em qualquer sentido, para a posição de carimbos pela fiscalização.

Art. 9º A nota fiscal será de tamanho não inferior a 210 X 280mm e 280 X 210mm para os modelos 1 e 1-A, respectivamente, observado o seguinte:

I - suas vias não poderão ser impressas em papel jornal;

II - a nota fiscal poderá ser impressa em tamanho inferior ao previsto, exclusivamente nos casos de emissão por processamento eletrônico de dados, desde que as indicações a serem impressas quando de sua emissão, sejam grafadas em, no máximo, 17 (dezesete) caracteres por polegada.

Art. 10. Os quadros terão largura mínima de 203mm, exceto:

I - o quadro “Destinatário/Remetente”, que terá largura mínima de 172mm;

II - o quadro “Dados Adicionais”, no modelo 1-A.

§ 1º O campo “Reservado ao Fisco” terá tamanho mínimo de 80 X 30mm, em qualquer sentido.

§ 2º Os campos “CNPJ”, “Inscrição Estadual do Substituto Tributário” e “Inscrição Estadual”, do quadro “Emitente”, e os campos “CNPJ/CPF” e “Inscrição Estadual”, do quadro “Destinatário/Remetente”, terão largura mínima de 44mm.

Art. 11. A nota fiscal poderá servir como fatura, feita a inclusão dos elementos necessários no quadro “Fatura”, caso em que a denominação do documento passará a ser “Nota Fiscal-Fatura”.

(1610) **Art. 11-A.** A NF-e é o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, destinado a documentar operações e prestações, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso da Secretaria de Estado de Fazenda.

Efeitos de 1º/04/2008 a 17/03/2010 - Acrescido pelo art. 2º, IV, e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do Dec. nº 44.765, de 28/03/2008:

“Art. 11-A. A NF-e é o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, destinado a documentar operações e prestações, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e pela autorização de uso pela administração tributária da unidade federada do contribuinte.”

(1134) § 1º A NF-e atenderá ao seguinte:

(1610) I - deverá ser emitida com base em leiaute estabelecido no Manual de Integração da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e, por meio de software desenvolvido ou adquirido pelo contribuinte ou disponibilizado pela administração tributária;

Efeitos de 1º/04/2008 a 17/03/2010 - Acrescido pelo art. 2º, IV, e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do Dec. nº 44.765, de 28/03/2008:

“I - terá seu leiaute estabelecido em ato COTEPE, por meio de software desenvolvido ou adquirido pelo contribuinte ou disponibilizado pela administração tributária;”

(1134) II - o respectivo arquivo digital será elaborado no padrão XML (Extended Markup Language);

(1134) III - deverá conter um “código numérico”, gerado pelo emitente, que comporá a “chave de acesso” de identificação da nota, juntamente com o CNPJ do emitente, número e série do documento;

(1610) IV - será assinada pelo emitente, com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil, contendo o CNPJ de qualquer dos estabelecimentos do contribuinte, a fim de garantir a autoria do documento digital.

(1134) **Efeitos a partir de 1º/04/2008** - Acrescido pelo art. 2º, IV, e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do [Dec. nº 44.765, de 28/03/2008](#).

(1610) **Efeitos a partir de 18/03/2010** - Redação dada pelo art. 2º, I, e vigência estabelecida pelo art. 4º, III, ambos do [Dec. nº 45.328, de 17/03/2010](#).

(1610) § 2º O contribuinte optante ou obrigado à emissão de NF-e deverá efetuar previamente seu credenciamento na Secretaria de Estado de Fazenda, observado o disposto em portaria da Superintendência de Arrecadação e Informações Fiscais (SAIF) da referida Secretaria.

Efeitos de 1º/04/2008 a 17/03/2010 - Acrescido pelo art. 2º, IV, e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do Dec. nº 44.765, de 28/03/2008:

“IV - será assinada pelo emitente, com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira) ICP-Brasil, contendo o CNPJ do estabelecimento emitente ou da matriz, a fim de garantir a autoria do documento digital.

§ 2º O contribuinte obrigado à emissão de NF-e deverá efetuar previamente seu cadastramento na Secretaria de Estado de Fazenda, observado o disposto em portaria da Superintendência de Arrecadação e Informações Fiscais (SAIF) da referida Secretaria.”

(1134) § 3º O arquivo digital da NF-e só poderá ser utilizado como documento fiscal, após:

(1134) I - ser transmitido eletronicamente à Secretaria de Estado de Fazenda, via internet, por meio de protocolo de segurança ou criptografia, com utilização de software desenvolvido ou adquirido pelo contribuinte ou disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda;

(1134) II - ter seu uso autorizado por meio de Autorização de Uso da NF-e, pela Secretaria de Estado de Fazenda.

(1611) § 4º O contribuinte optante ou obrigado à emissão de NF-e deverá manter e entregar arquivo eletrônico, de que trata o art. 10 da Parte 1 do Anexo VII, referente à totalidade das operações de entrada e de saída de mercadorias ou bens e das aquisições e prestações de serviços realizadas no período de apuração, contendo o registro fiscal dos documentos recebidos e emitidos.

(1611) § 5º Aplicam-se à NF-e os prazos de validade previstos no art. 58 desta Parte, prevalecendo a data de emissão do documento na hipótese de não indicação da data da efetiva saída da mercadoria.

(1134) **Art. 11-B.** Recebido o arquivo digital relativo à NF-e, a Secretaria de Estado de Fazenda cientificará o emitente:

(1134) I - da rejeição do arquivo, em virtude de:

(1134) a) falha na recepção ou no processamento do arquivo;

(1134) b) falha no reconhecimento da autoria ou da integridade do arquivo;

(1134) c) remetente não credenciado para emissão da NF-e;

(1134) d) duplicidade de número da NF-e;

(1134) e) falha na leitura do número da NF-e;

(1134) f) outras falhas no preenchimento ou no leiaute do arquivo da NF-e;

(2195) II - da denegação da Autorização de Uso da NF-e, em virtude de:

(2194) a) irregularidade fiscal do emitente;

(2194) b) irregularidade fiscal do destinatário;

Efeitos de 1º/04/2008 a 28/12/2011 - Acrescido pelo art. 2º, IV, e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do Dec. nº 44.765, de 28/03/2008:

“II - da denegação da Autorização de Uso da NF-e, em virtude da irregularidade fiscal do emitente;”

(1134) III - da concessão da Autorização de Uso da NF-e.

(1134) § 1º Após a concessão da Autorização de Uso da NF-e, a NF-e não poderá ser alterada.

(1134) § 2º Em caso de rejeição do arquivo digital, o mesmo não será arquivado na Secretaria de Estado de Fazenda para consulta eletrônica, sendo permitido ao interessado nova transmissão do arquivo da NF-e nas hipóteses das alíneas “a”, “b” e “e” do inciso I do caput.

(1134) **Efeitos a partir de 1º/04/2008** - Acrescido pelo art. 2º, IV, e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do Dec. nº 44.765, de 28/03/2008.

(1610) **Efeitos a partir de 18/03/2010** - Redação dada pelo art. 2º, I, e vigência estabelecida pelo art. 4º, III, ambos do Dec. nº 45.328, de 17/03/2010.

(1611) **Efeitos a partir de 18/03/2010** - Acrescido pelo art. 2º, I, e vigência estabelecida pelo art. 4º, III, ambos do Dec. nº 45.328, de 17/03/2010.

(2194) **Efeitos a partir de 06/03/2013** - Acrescido pelo art. 2º e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do Dec. nº 46.172, de 05/03/2013.

(2195) **Efeitos a partir de 06/03/2013** - Redação dada pelo art. 2º e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do Dec. nº 46.172, de 05/03/2013.

(2202) § 3º Em caso de denegação da Autorização de Uso da NF-e, o arquivo digital transmitido ficará arquivado na administração tributária para consulta, nos termos do [art. 11-I desta Parte](#), identificado como “Denegada a Autorização de Uso”.

Efeitos de 1º/04/2008 a 21/03/2013 - Acrescido pelo art. 2º, IV, e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do Dec. nº 44.765, de 28/03/2008:

“§ 3º Em caso de denegação da Autorização de Uso da NF-e, o arquivo digital transmitido ficará arquivado na administração tributária para consulta, nos termos da cláusula décima quinta, identificado como “Denegada a Autorização de Uso”.”

(1134) § 4º Na hipótese do parágrafo anterior não será possível sanar a irregularidade e solicitar nova Autorização de Uso da NF-e que contenha a mesma numeração.

(1134) § 5º A cientificação de que trata o caput será efetuada mediante protocolo disponibilizado ao emitente ou a terceiro autorizado pelo emitente, via internet, contendo, conforme o caso, a “chave de acesso”, o número da NF-e, a data e a hora do recebimento da solicitação pela Secretaria de Estado de Fazenda e o número do protocolo, podendo ser autenticado mediante assinatura digital gerada com certificação digital da Secretaria de Estado de Fazenda ou outro mecanismo de confirmação de recebimento.

(1134) § 6º Nos casos dos incisos I ou II do caput, o protocolo de que trata o parágrafo anterior conterá informações que justifiquem de forma clara e precisa o motivo pelo qual a Autorização de Uso não foi concedida.

(1794) § 7º O emitente da NF-e deverá, obrigatoriamente, encaminhar ou disponibilizar download do arquivo eletrônico da NF-e e seu respectivo Protocolo de Autorização de Uso ao destinatário e ao transportador contratado, imediatamente após o recebimento da autorização de uso da NF-e.

Efeitos de 18/03/2010 a 25/11/2010 - Acrescido pelo art. 2º, I, e vigência estabelecida pelo art. 4º, III, ambos do Dec. nº 45.328, de 17/03/2010:

“§ 7º O emitente da NF-e deverá, obrigatoriamente, encaminhar ou disponibilizar download do arquivo eletrônico da NF-e e seu respectivo Protocolo de Autorização de Uso ao destinatário, imediatamente após o recebimento da autorização de uso da NF-e.”

(2194) §8º A irregularidade fiscal do destinatário será verificada através da informação da sua Inscrição Estadual na respectiva NF-e.

(1134) **Art. 11-C.** Para acompanhar o trânsito de bens e mercadorias acobertadas por NF-e, ou para facilitar a consulta da respectiva nota, o contribuinte emitirá o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE).

(1134) § 1º Para a emissão do DANFE, será observado o seguinte:

(1610) I - terá seu leiaute estabelecido no Manual de Integração da NF-e, podendo, mediante autorização da Superintendência de Arrecadação e Informações Fiscais (SAIF), ser alterado para adequá-lo às operações do contribuinte, desde que mantidos os campos obrigatórios relativos à NF-e;

(1610) II - conterá código de barras, conforme padrão estabelecido no Manual de Integração da NF-e;

Efeitos de 1º/04/2008 a 17/03/2010 - Acrescido pelo art. 2º, IV, e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do Dec. nº 44.765, de 28/03/2008:

“I - terá seu leiaute estabelecido em ato COTEPE, podendo, mediante autorização da SAIF, ser alterado para adequá-lo às operações do contribuinte, desde que mantidos os campos obrigatórios relativos à NF-e;
II - conterá código de barras, conforme padrão estabelecido em ato COTEPE;”

(1134) III - os títulos e informações dos campos constantes do documento serão grafados de forma legível;

(1134) IV - poderá conter outros elementos gráficos, desde que não prejudiquem a leitura de seu conteúdo, inclusive do código de barras por leitor óptico;

(1134) V - o verso do documento destina-se à aposição de carimbos de controle do Fisco, permitida a indicação de informações complementares de interesse do emitente, desde que reservado espaço com dimensão mínima de 10x15 cm, em qualquer sentido;

(1134) **Efeitos a partir de 1º/04/2008** - Acrescido pelo art. 2º, IV, e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do [Dec. nº 44.765, de 28/03/2008](#).

(1610) **Efeitos a partir de 18/03/2010** - Redação dada pelo art. 2º, I, e vigência estabelecida pelo art. 4º, III, ambos do [Dec. nº 45.328, de 17/03/2010](#).

(1794) **Efeitos a partir de 26/11/2010** - Redação dada pelo art. 2º, II, e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do [Dec. nº 45.506, de 25/11/2010](#).

(2194) **Efeitos a partir de 06/03/2013** - Acrescido pelo art. 2º e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do [Dec. nº 46.172, de 05/03/2013](#).

(2202) **Efeitos a partir de 22/03/2013** - Redação dada pelo art. 2º e vigência estabelecida pelo art. 7º, ambos do [Dec. nº 46.191, de 21/03/2013](#).

(1610) VI - será impresso em papel, exceto papel jornal, no tamanho mínimo A4 (210 x 297 mm) e máximo ofício 2 (230 x 330 mm), podendo ser utilizadas folhas soltas, formulário de segurança, Formulário de Segurança para Impressão de Documento Auxiliar de Documento Fiscal Eletrônico (FS-DA), formulário contínuo ou formulário pré-impresso;

Efeitos de 1º/04/2008 a 17/03/2010 - Acrescido pelo art. 2º, IV, e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do Dec. nº 44.765, de 28/03/2008:

“VI - será impresso em papel, exceto papel jornal, no tamanho A4, podendo ser utilizadas folhas soltas, formulário de segurança, formulário contínuo ou formulário pré-impresso.”

(1611) VII - na hipótese de venda ocorrida fora do estabelecimento, poderá ser impresso em qualquer tipo de papel, exceto papel jornal, em tamanho inferior ao A4 (210 x 297 mm), caso em que será denominado “DANFE Simplificado”, devendo ser observadas as definições previstas no Manual de Integração da NF-e.

(1134) § 2º O DANFE:

(1134) I - somente poderá ser utilizado para acompanhar o transporte de mercadorias ou bens após autorização de uso da respectiva NF-e;

(1134) II - servirá de base para escrituração da NF-e, caso o destinatário não esteja obrigado à emissão de NF-e;

(1795) III - utilizado para acompanhar o trânsito de mercadorias acobertado por NF-e será impresso em uma única via.

(1794) **Art. 11-D.** Quando em decorrência de problemas técnicos não for possível transmitir a NF-e para a Secretaria de Estado de Fazenda, ou obter resposta à solicitação de Autorização de Uso da NF-e, o contribuinte poderá gerar novo arquivo, informando que a respectiva NF-e foi emitida em contingência e adotar uma das seguintes alternativas:

Efeitos de 1º/04/2008 a 25/11/2010 - Acrescido pelo art. 2º, IV, e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do Dec. nº 44.765, de 28/03/2008 e ver art. 3º do Dec. nº 45.328, de 17/03/2010:

“Art. 11-D. Quando em decorrência de problemas técnicos não for possível transmitir a NF-e para a Secretaria de Estado de Fazenda, ou obter resposta à solicitação de Autorização de Uso da NF-e, o contribuinte deverá gerar novo arquivo, informando que a respectiva NF-e foi emitida em contingência e adotar uma das seguintes alternativas:”

(1610) I - transmitir a NF-e para o Sistema de Contingência do Ambiente Nacional (SCAN) - Receita Federal do Brasil, nos termos do § 3º do art. 11-A desta Parte;

Efeitos de 1º/04/2008 a 17/03/2010 - Acrescido pelo art. 2º, IV, e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do Dec. nº 44.765, de 28/03/2008:

“I - transmitir a NF-e para a Receita Federal do Brasil nos termos das cláusulas quarta, quinta e sexta deste ajuste;”

(1134) **Efeitos a partir de 1º/04/2008** - Acrescido pelo art. 2º, IV, e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do Dec. nº 44.765, de 28/03/2008.

(1610) **Efeitos a partir de 18/03/2010** - Redação dada pelo art. 2º, I, e vigência estabelecida pelo art. 4º, III, ambos do Dec. nº 45.328, de 17/03/2010.

(1611) **Efeitos a partir de 18/03/2010** - Acrescido pelo art. 2º, I, e vigência estabelecida pelo art. 4º, III, ambos do Dec. nº 45.328, de 17/03/2010.

(1794) **Efeitos a partir de 26/11/2010** - Redação dada pelo art. 2º, II, e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do Dec. nº 45.506, de 25/11/2010.

(1795) **Efeitos a partir de 26/11/2010** - Acrescido pelo art. 2º, II, e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do Dec. nº 45.506, de 25/11/2010.

(1684) II - imprimir o DANFE em Formulário de Segurança - Documento Auxiliar (FS-DA), de que trata o [Título III-A da Parte 1 deste Anexo](#), observado o seguinte:

Efeitos de 1º/04/2008 a 30/06/2010 - Acrescido pelo art. 2º, IV, e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do Dec. nº 44.765, de 28/03/2008:

“II - imprimir o DANFE em formulário de segurança, observado o seguinte:”

- (1134) a) o DANFE deverá ser impresso em duas vias, constando no corpo a expressão “DANFE em Contingência. Impresso em decorrência de problemas técnicos”;
- (1134) b) uma via permitirá o trânsito das mercadorias ou bens e será mantida em arquivo pelo destinatário pelo prazo estabelecido na legislação tributária para a guarda de documentos fiscais;
- (1134) c) uma via será mantida em arquivo pelo emitente pelo prazo estabelecido na legislação tributária para a guarda dos documentos fiscais;
- (1610) d) dispensa-se a exigência de formulário de segurança para a impressão das vias adicionais do DANFE.

Efeitos de 1º/04/2008 a 17/03/2010 - Acrescido pelo art. 2º, IV, e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do Dec. nº 44.765, de 28/03/2008:

“d) imediatamente após a cessação dos problemas técnicos que impediram a transmissão ou recepção do retorno da autorização da NF-e, o emitente deverá transmitir à Secretaria de Estado de Fazenda as NF-e geradas em contingência.”

(1611) III - transmitir Declaração Prévia de Emissão em Contingência) DPEC (NF-e), para a Receita Federal do Brasil, nos termos do art. 11-J, observado o seguinte:

(1611) a) o DANFE deverá ser impresso em no mínimo duas vias, constando no corpo a expressão “DANFE impresso em contingência) DPEC regularmente recebido pela Receita Federal do Brasil”;

(1611) b) uma via permitirá o trânsito das mercadorias e deverá ser mantida em arquivo pelo destinatário pelo prazo estabelecido no [§ 1º do art. 96](#) deste Regulamento;

(1611) c) outra via deverá ser mantida em arquivo pelo emitente pelo prazo estabelecido no [§ 1º do art. 96](#) deste Regulamento.

(1610) § 1º Nas hipóteses dos incisos II e III do caput:

(1610) I - imediatamente após a cessação dos problemas técnicos que impediram a transmissão ou recepção do retorno da autorização da NF-e, e até o prazo limite definido em Ato Cotepe, contado a partir da emissão da NF-e de que trata o inciso V, o emitente deverá transmitir à Secretaria de Estado de Fazenda as NF-e geradas em contingência;

(1610) II - caso a NF-e transmitida nos termos do inciso I seja rejeitada pela Secretaria de Estado de Fazenda, o contribuinte deverá:

Efeitos de 1º/04/2008 a 17/03/2010 - Acrescido pelo art. 2º, IV, e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do Dec. nº 44.765, de 28/03/2008:

“§ 1º Na hipótese do inciso II do caput:

I - o contribuinte deverá lavrar termo no livro Registro de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrência, modelo 6, informando o motivo da entrada em contingência, número dos formulários de segurança utilizados, a data e hora do seu início e seu término, bem como a numeração e série das NF-e geradas neste período;

II - caso a NF-e transmitida nos termos da alínea “d” vier a ser rejeitada pela Secretaria de Estado de Fazenda, o contribuinte deverá:”

(1134) **Efeitos a partir de 1º/04/2008** - Acrescido pelo art. 2º, IV, e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do [Dec. nº 44.765, de 28/03/2008](#).

(1610) **Efeitos a partir de 18/03/2010** - Redação dada pelo art. 2º, I, e vigência estabelecida pelo art. 4º, III, ambos do [Dec. nº 45.328, de 17/03/2010](#).

(1611) **Efeitos a partir de 18/03/2010** - Acrescido pelo art. 2º, I, e vigência estabelecida pelo art. 4º, III, ambos do [Dec. nº 45.328, de 17/03/2010](#).

(1684) **Efeitos a partir de 1º/07/2010** - Redação dada pelo art. 1º, I, e vigência estabelecida pelo art. 4º, ambos do [Dec. nº 45.410, de 24/06/2010](#).

- (1134) a) gerar novamente o arquivo com a mesma numeração e série, sanando a irregularidade;
- (1134) b) solicitar nova Autorização de Uso da NF-e;
- (1134) c) imprimir em formulário de segurança o DANFE correspondente à NF-e autorizada;
- (1134) d) entregar a NF-e autorizada bem como o novo DANFE impresso nos termos do inciso anterior, caso a geração saneadora da irregularidade da NF-e tenha promovido alguma alteração no DANFE;
- (1134) III - após decorridos 30 (trinta) dias do recebimento da mercadoria ou bem, caso não possa confirmar a existência da Autorização de Uso da NF-e, o destinatário deverá comunicar o fato à Administração Fazendária a que estiver circunscrito;
- (1610) IV - o destinatário manterá a via do DANFE referida na alínea “d” do inciso II deste parágrafo, juntamente com a via mencionada na alínea “b” do inciso II ou III do caput, conforme o caso;

Efeitos de 1º/04/2008 a 17/03/2010 - Acrescido pelo art. 2º, IV, e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do Dec. nº 44.765, de 28/03/2008:

“IV - dispensa-se a exigência de formulário de segurança para a impressão das vias adicionais do DANFE.”

- (1611) V - considera-se emitida a NF-e em contingência no momento da impressão do respectivo DANFE em formulário de segurança, ou no momento da regular recepção da DPEC pela Receita Federal do Brasil, conforme a alternativa adotada.
- (1613) § 2º O contribuinte deverá informar no arquivo da NF-e o motivo da entrada em contingência, bem como a data, hora com minutos e segundos do seu início, devendo tais informações ser impressas no DANFE.

Efeitos de 1º/04/2008 a 31/03/2010 - Acrescido pelo art. 2º, IV, e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do Dec. nº 44.765, de 28/03/2008:

“§ 2º Na hipótese da alínea “d” do inciso II do parágrafo anterior, o destinatário manterá a via do DANFE juntamente com a via mencionada na alínea “b” inciso I do caput.”

- (2202) § 3º Na hipótese do inciso VII do § 1º do art. 11-C desta Parte, havendo problemas técnicos de que trata o caput, o contribuinte deverá emitir, em no mínimo duas vias, o DANFE Simplificado em contingência, com a expressão “DANFE Simplificado em Contingência”, observadas as destinações de cada via previstas nas alíneas “b” e “c” do inciso II do caput.

Efeitos de 18/03/2010 a 21/03/2013 - Acrescido pelo art. 2º, I, e vigência estabelecida pelo art. 4º, III, ambos do Dec. nº 45.328, de 17/03/2010:

“§ 3º Na hipótese do inciso VII do § 1º do art. 11-C desta Parte, havendo problemas técnicos de que trata o caput, o contribuinte deverá emitir, em no mínimo duas vias, o DANFE Simplificado em contingência, com a expressão “DANFE Simplificado em Contingência”, sendo dispensada a utilização de formulário de segurança, observadas as destinações de cada via previstas nas alíneas “b” e “c” do inciso II do art. 11-D desta Parte.”

- (1795) § 4º É vedada a reutilização, em contingência, de número de NF-e transmitida com tipo de emissão ‘Normal’.
- (1134) **Art. 11-E.** Relativamente às NF-e que foram transmitidas antes da contingência e que ficaram pendentes de retorno, o emitente deverá, após a cessação das falhas:
- (1134) I - solicitar o cancelamento das NF-e que retornaram com Autorização de Uso e cujas operações não se efetivaram ou foram acobertadas por NF-e emitidas em contingência;
- (1134) II - solicitar a inutilização da numeração das NF-e que não foram autorizadas nem denegadas.
- (1134) **Art. 11-F.** Após a concessão de Autorização de Uso da NF-e, o emitente poderá solicitar o cancelamento da NF-e, desde que não tenha havido a circulação da respectiva mercadoria ou prestação de serviço.

(1134) **Efeitos a partir de 1º/04/2008** - Acrescido pelo art. 2º, IV, e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do [Dec. nº 44.765, de 28/03/2008](#).

(1610) **Efeitos a partir de 18/03/2010** - Redação dada pelo art. 2º, I, e vigência estabelecida pelo art. 4º, III, ambos do [Dec. nº 45.328, de 17/03/2010](#).

(1611) **Efeitos a partir de 18/03/2010** - Acrescido pelo art. 2º, I, e vigência estabelecida pelo art. 4º, III, ambos do [Dec. nº 45.328, de 17/03/2010](#).

(1613) **Efeitos a partir de 1º/04/2010** - Redação dada pelo art. 2º, I, e vigência estabelecida pelo art. 4º, I, ambos do [Dec. nº 45.328, de 17/03/2010](#).

(1795) **Efeitos a partir de 26/11/2010** - Acrescido pelo art. 2º, II, e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do [Dec. nº 45.506, de 25/11/2010](#).

(2202) **Efeitos a partir de 22/03/2013** - Redação dada pelo art. 2º e vigência estabelecida pelo art. 7º, ambos do [Dec. nº 46.191, de 21/03/2013](#).

(2245) § 1º O cancelamento da NF-e, em prazo não superior a vinte e quatro horas, contado do momento da concessão de Autorização de Uso da NF-e, será efetuado pelo emitente mediante Pedido de Cancelamento de NF-e e transmitido à Secretaria de Estado de Fazenda via internet, por meio de protocolo de segurança ou criptografia, observado o disposto no Manual de Orientação do Contribuinte.

Efeitos de 18/03/2010 a 24/06/2013 - Redação dada pelo art. 2º, I, e vigência estabelecida pelo art. 4º, III, ambos do Dec. nº 45.328, de 17/03/2010:

“§ 1º O cancelamento da NF-e será efetuado mediante Pedido de Cancelamento de NF-e, observado o disposto no Manual de Integração da NF-e, transmitido via Internet, por meio de protocolo de segurança ou criptografia, pelo emitente à Secretaria de Estado de Fazenda.”

Efeitos de 1º/04/2008 a 17/03/2010 - Acrescido pelo art. 2º, IV, e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do Dec. nº 44.765, de 28/03/2008:

“§ 1º O cancelamento da NF-e será efetuado mediante Pedido de Cancelamento de NF-e, observado o leiaute estabelecido em Ato COTEPE, transmitido via Internet, por meio de protocolo de segurança ou criptografia, pelo emitente à Secretaria de Estado de Fazenda.”

(1610) § 2º O Pedido de Cancelamento de NF-e deverá ser assinado pelo emitente com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira) ICP-Brasil, contendo o CNPJ de qualquer dos estabelecimentos do contribuinte, a fim de garantir a autoria do documento digital.

Efeitos de 1º/04/2008 a 17/03/2010 - Acrescido pelo art. 2º, IV, e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do Dec. nº 44.765, de 28/03/2008:

“§ 2º O Pedido de Cancelamento de NF-e deverá ser assinado pelo emitente com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira) ICP-Brasil, contendo o CNPJ do estabelecimento emitente ou da matriz, a fim de garantir a autoria do documento digital.”

(1134) § 3º A transmissão poderá ser realizada por meio de software desenvolvido ou adquirido pelo contribuinte ou disponibilizado pela administração tributária.

(1134) § 4º A cientificação do resultado do Pedido de Cancelamento de NF-e será feita mediante protocolo de que trata o § 2º disponibilizado ao emitente, via Internet, contendo, conforme o caso, a “chave de acesso”, o número da NF-e, a data e a hora do recebimento da solicitação pela Secretaria de Estado de Fazenda e o número do protocolo, podendo ser autenticado mediante assinatura digital gerada com certificação digital da Secretaria de Estado de Fazenda ou outro mecanismo de confirmação de recebimento.

(2246) § 5º O cancelamento da NF-e após o prazo previsto no § 1º e antes de cento e sessenta e oito horas, contadas do momento da concessão de Autorização de Uso da NF-e, será considerado válido, desde que observado o procedimento estabelecido por Portaria da Superintendência de Arrecadação e Informações Fiscais (SAIF) da Secretaria de Estado de Fazenda.

(1134) **Art. 11-G.** O contribuinte deverá solicitar, até o 10 (décimo) dia do mês subsequente, a inutilização de números de NF-e não utilizados, na eventualidade de quebra de seqüência da numeração da NF-e.

(1610) § 1º O cancelamento da NF-e será efetuado mediante Pedido de Cancelamento de NF-e, observado o disposto no Manual de Integração da NF-e, transmitido via Internet, por meio de protocolo de segurança ou criptografia, pelo emitente à Secretaria de Estado de Fazenda.

(1610) § 2º O Pedido de Cancelamento de NF-e deverá ser assinado pelo emitente com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira) ICP-Brasil, contendo o CNPJ de qualquer dos estabelecimentos do contribuinte, a fim de garantir a autoria do documento digital.

Efeitos de 1º/04/2008 a 17/03/2010 - Acrescido pelo art. 2º, IV, e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do Dec. nº 44.765, de 28/03/2008:

“§ 1º A inutilização de números de NF-e será efetuada mediante Pedido de Inutilização de Número da NF-e, observado o leiaute estabelecido em Ato COTEPE, transmitido via Internet, por meio de protocolo de segurança ou criptografia, pelo emitente à Secretaria de Estado de Fazenda.

§ 2º O Pedido de Inutilização de Número da NF-e deverá ser assinado pelo emitente com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira) ICP-Brasil, contendo o CNPJ do estabelecimento emitente ou da matriz, a fim de garantir a autoria do documento digital.”

(1134) **Efeitos a partir de 1º/04/2008** - Acrescido pelo art. 2º, IV, e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do Dec. nº 44.765, de 28/03/2008.

(1610) **Efeitos a partir de 18/03/2010** - Redação dada pelo art. 2º, I, e vigência estabelecida pelo art. 4º, III, ambos do Dec. nº 45.328, de 17/03/2010.

(2245) **Efeitos a partir de 25/06/2013** - Redação dada pelo art. 2º e vigência estabelecida pelo art. 4º, ambos do Dec. nº 46.261, de 24/06/2013.

(2246) **Efeitos a partir de 25/06/2013** - Acrescido pelo art. 2º e vigência estabelecida pelo art. 4º, ambos do Dec. nº 46.261, de 24/06/2013.

(1134) § 3º A cientificação do resultado do Pedido de Inutilização de Número da NF-e será feita mediante protocolo de que trata o § 2º disponibilizado ao emitente, via Internet, contendo, conforme o caso, os números das NF-e, a data e a hora do recebimento da solicitação pela Secretaria de Estado de Fazenda e o número do protocolo, podendo ser autenticado mediante assinatura digital gerada com certificação digital da Secretaria de Estado de Fazenda ou outro mecanismo de confirmação de recebimento.

(1794) **Art. 11-H.** Após a concessão da Autorização de Uso da NF-e, durante o prazo estabelecido no ‘Manual de Integração - Contribuinte’, o emitente poderá sanar erros em campos específicos da NF-e, observado o disposto no art. 96, XI, deste Regulamento, por meio de Carta de Correção Eletrônica - CC-e, transmitida à Secretaria de Estado de Fazenda, via internet, por meio de protocolo de segurança ou criptografia.

Efeitos de 1º/04/2008 a 25/11/2010 - Acrescido pelo art. 2º, IV, e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do Dec. nº 44.765, de 28/03/2008:

“Art. 11-H. Após a concessão da Autorização de Uso da NF-e, o emitente poderá sanar erros em campos específicos da NF-e, observado o disposto no art. 96, XI, deste Regulamento, por meio de Carta de Correção Eletrônica - CC-e, transmitida à Secretaria de Estado de Fazenda, via Internet, por meio de protocolo de segurança ou criptografia.”

(1610) § 1º A Carta de Correção Eletrônica) CC-e deverá atender ao leiaute estabelecido em Ato COTEPE que aprova o Manual de Integração da NF-e e ser assinada pelo emitente com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira) ICP-Brasil, contendo o CNPJ de qualquer dos estabelecimentos do contribuinte, a fim de garantir a autoria do documento digital.

Efeitos de 1º/04/2008 a 17/03/2010 - Acrescido pelo art. 2º, IV, e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do Dec. nº 44.765, de 28/03/2008:

“§ 1º A Carta de Correção Eletrônica) CC-e deverá atender ao leiaute estabelecido em Ato COTEPE e ser assinada pelo emitente com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira) ICP-Brasil, contendo o CNPJ do estabelecimento emitente ou da matriz, a fim de garantir a autoria do documento digital.”

(1134) § 2º A cientificação da recepção da CC-e será feita mediante protocolo disponibilizado ao emitente, via Internet, contendo, conforme o caso, a “chave de acesso”, o número da NF-e, a data e a hora do recebimento da solicitação pela Secretaria de Estado de Fazenda e o número do protocolo, podendo ser autenticado mediante assinatura digital gerada com certificação digital da Secretaria de Estado de Fazenda ou outro mecanismo de confirmação de recebimento.

(1134) § 3º Havendo mais de uma CC-e para a mesma NF-e, o emitente deverá consolidar na última todas as informações anteriormente retificadas.

(1610) **Art. 11-I.** Após a concessão de Autorização de Uso da NF-e, a Secretaria de Estado de Fazenda disponibilizará em seu endereço eletrônico na internet (<http://portalnfe.fazenda.mg.gov.br/>) consulta relativa à NF-e.

Efeitos de 1º/04/2008 a 17/03/2010 - Acrescido pelo art. 2º, IV, e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do Dec. nº 44.765, de 28/03/2008:

“Art. 11-I. Após a concessão de Autorização de Uso da NF-e, a Secretaria de Estado de Fazenda disponibilizará em seu endereço eletrônico na internet (www.sef.mg.gov.br) consulta relativa à NF-e.”

(1134) Parágrafo único. A consulta relativa à NF-e poderá ser efetuada também no ambiente nacional disponibilizado pela Receita Federal do Brasil.

(1611) **Art. 11-J.** Declaração Prévia de Emissão em Contingência) DPEC (NF-e) deverá ser gerada com base em leiaute estabelecido no Manual de Integração da NF-e, observadas as seguintes formalidades:

(1611) I - o arquivo digital da DPEC deverá ser elaborado no padrão XML (Extended Markup Language);

(1611) II - a transmissão do arquivo digital da DPEC deverá ser efetuada via internet;

(1611) III - a DPEC deverá ser assinada pelo emitente com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira) ICP-Brasil, contendo o CNPJ de qualquer dos estabelecimentos do contribuinte, a fim de garantir a autoria do documento digital.

(1134) **Efeitos a partir de 1º/04/2008** - Acrescido pelo art. 2º, IV, e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do [Dec. nº 44.765, de 28/03/2008](#).

(1610) **Efeitos a partir de 18/03/2010** - Redação dada pelo art. 2º, I, e vigência estabelecida pelo art. 4º, III, ambos do [Dec. nº 45.328, de 17/03/2010](#).

(1611) **Efeitos a partir de 18/03/2010** - Acrescido pelo art. 2º, I, e vigência estabelecida pelo art. 4º, III, ambos do [Dec. nº 45.328, de 17/03/2010](#).

(1794) **Efeitos a partir de 26/11/2010** - Redação dada pelo art. 2º, II, e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do [Dec. nº 45.506, de 25/11/2010](#).

(1611) § 1º O arquivo da DPEC conterá informações sobre a NF-e e, no mínimo:

(1611) I - a identificação do emitente;

(1611) II - informações das NF-e emitidas, contendo, no mínimo, para cada NF-e:

(1611) a) chave de Acesso;

(1611) b) CNPJ ou CPF do destinatário;

(1611) c) unidade federada de localização do destinatário;

(1611) d) valor da NF-e;

(1611) e) valor do ICMS;

(1611) f) valor do ICMS retido por substituição tributária.

(1611) § 2º Presumem-se emitidas as NF-e referidas na DPEC, quando de sua regular recepção pela Receita Federal do Brasil.

(2245) **Art. 11-K.** Após a Autorização de Uso da NF-e, o destinatário deverá se manifestar sobre sua participação na operação acobertada pela NF-e, na forma e no prazo previstos no Ajuste SINIEF nº 07/05, de 30 de setembro de 2005, e observado leiaute estabelecido no Manual de Orientação do Contribuinte, através do envio de informações de:

(2246) I - confirmação da operação: manifestação do destinatário confirmando a ocorrência da operação descrita na NF-e e o recebimento da mercadoria;

(2246) II - operação não realizada: manifestação do destinatário declarando que a operação descrita na NF-e foi por ele solicitada, mas que não se efetivou;

(2246) III - desconhecimento da operação: manifestação do destinatário declarando que a operação descrita na NF-e não foi por ele solicitada;

(2246) IV - ciência da emissão: manifestação do destinatário declarando ter ciência da operação descrita na NF-e, quando ainda não possuir elementos suficientes para apresentar uma manifestação conclusiva como as descritas nos incisos anteriores.

Efeitos de 06/03/2013 a 24/06/2013 - Acrescido pelo art. 2º e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do Dec. nº 46.172, de 05/03/2013:

“Art. 11-K. Relativamente à NF-e, a declaração e a data de recebimento dos produtos, bem como a declaração, a data de recusa do recebimento dos produtos ou a informação de devolução dos mesmos serão realizados eletronicamente, com a assinatura digital do destinatário, conforme disposto no Manual de Orientação da NF-e.”

Art. 12. A nota fiscal será emitida:

I - antes de iniciada a saída da mercadoria;

II - no momento do fornecimento de alimentação, bebida ou outra mercadoria, em restaurante, bar, café e estabelecimento similar;

III - antes da tradição real ou simbólica da mercadoria, no caso de transmissão de propriedade de mercadoria ou de título que a represente, quando esta não transitar pelo estabelecimento transmitente;

IV - antes da tradição real ou simbólica da mercadoria, no caso de ulterior transmissão de propriedade de mercadoria que, tendo transitado pelo estabelecimento transmitente, deste tenha saído sem o pagamento do IPI e ICMS, em decorrência de locação ou de remessa para armazém-geral ou depósito fechado, hipótese em que serão mencionados o número, série e data da nota fiscal emitida anteriormente, por ocasião da saída da mercadoria;

V - pela entrada de bens ou mercadorias, na forma prevista nos artigos 20 a 27 desta Parte.

§ 1º Tratando-se de operação com produto ou subproduto florestal constante da Tabela 1, anexa ao Regulamento da Taxa Florestal, aprovado pelo Decreto nº 36.110, de 4 de outubro de 1994, na nota fiscal deverá constar, ainda, no campo destinado à descrição dos produtos, uma das seguintes informações relativas à sua origem:

I - floresta nativa;

II - manejo florestal;

III - floresta plantada.

§ 2º Na hipótese em que o pagamento seja efetuado por meio de cartão de crédito, o contribuinte deverá emitir nota fiscal com as indicações do nome da Administradora e do número do respectivo comprovante.

§ 3º Tratando-se de estabelecimento varejista de combustíveis derivados ou não de petróleo, a nota fiscal poderá ser emitida de forma periódica, englobando os abastecimentos ocorridos no mês, desde que observado o seguinte:

I - seja emitido, no momento do abastecimento, Cupom Fiscal ou Nota Fiscal Modelo 2, nestes consignando os números da placa e do hodômetro do veículo abastecido, os quais passarão a fazer parte integrante da nota fiscal global;

II - seja indicado, no campo “Informações Complementares”, o número do documento fiscal que acobertou a saída da mercadoria.

(1611) **Efeitos a partir de 18/03/2010** - Acrescido pelo art. 2º, I, e vigência estabelecida pelo art. 4º, III, ambos do Dec. nº 45.328, de 17/03/2010.

(2245) **Efeitos a partir de 25/06/2013** - Redação dada pelo art. 2º e vigência estabelecida pelo art. 4º, ambos do Dec. nº 46.261, de 24/06/2013.

(2246) **Efeitos a partir de 25/06/2013** - Acrescido pelo art. 2º e vigência estabelecida pelo art. 4º, ambos do Dec. nº 46.261, de 24/06/2013.

ANEXO VI
DA UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO EMISSOR DE CUPOM FISCAL (ECF)
SUMÁRIO

		ARTIGOS
PARTE 1	DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO EMISSOR DE CUPOM FISCAL	
CAPÍTULO I	DAS DEFINIÇÕES	1º a 3º
CAPÍTULO II	DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À OBRIGATORIEDADE DE USO DE ECF	
Seção I	Da Obrigatoriedade de Emissão de Documento Fiscal por ECF	4º e 5º
Seção II	Da Dispensa da Obrigatoriedade de Uso de ECF	6º a 10
Seção III	Da Vedação de Uso de Equipamentos	11 a 13
CAPÍTULO III	DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS AOS DOCUMENTOS FISCAIS EMITIDOS POR ESTABELECIMENTO USUÁRIO DE ECF	14 a 17
CAPÍTULO IV	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DE USO DE ECF	18 a 29
PARTE 2	MODELOS DE DOCUMENTOS	PARTE 2

ANEXO VI

DA UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO EMISSOR
DE CUPOM FISCAL (ECF)

PARTE 1

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À UTILIZAÇÃO DE
EQUIPAMENTO EMISSOR DE CUPOM FISCALCAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES

(1261) **Art. 1º** Emissor de Cupom Fiscal (ECF) é o equipamento de automação comercial e fiscal com capacidade de emitir documentos fiscais e realizar controles de natureza fiscal referentes a operações de circulação de mercadorias e prestações de serviços e que esteja, desta forma, registrado na Secretaria de Estado de Fazenda.

(1261) § 1º O ECF compreende os seguintes tipos de equipamentos:

(1261) I - Emissor de Cupom Fiscal - Máquina Registradora (ECF-MR), que corresponde ao ECF com funcionamento independente de programa aplicativo externo, de uso específico, dotado de teclado e mostrador próprios;

(1261) II - Emissor de Cupom Fiscal - Impressora Fiscal (ECF-IF), que corresponde ao ECF implementado na forma de impressora com finalidade específica, que recebe comandos de Programa Aplicativo Fiscal Emissor de Cupom Fiscal (PAF-ECF) instalado em computador externo ou em Unidade Autônoma de Processamento (UAP);

(1261) III - Emissor de Cupom Fiscal - Terminal Ponto de Venda (ECF-PDV), que corresponde ao ECF que reúne em um sistema único o equivalente a um ECF-IF e o computador que lhe envia comandos.

(1261) § 2º Para fins do registro do ECF na Secretaria de Estado de Fazenda, a Subsecretaria da Receita Estadual expedirá portaria estabelecendo:

(1261) I - os procedimentos a serem observados pelo fabricante ou importador do equipamento;

(1261) II - os procedimentos relativos à análise e aprovação do equipamento;

(1261) III - as hipóteses e situações em que o ato de registro será submetido à suspensão, cancelamento ou revisão;

(1261) IV - as obrigações acessórias a que se sujeitam o fabricante e o importador de ECF.

(1261) § 3º O ECF deverá atender aos requisitos estabelecidos em convênio específico celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), sem prejuízo do disposto no art. 20 desta Parte.

(1261) **Art. 2º** Programa Aplicativo Fiscal Emissor de Cupom Fiscal (PAF-ECF) é o programa aplicativo desenvolvido para possibilitar o envio de comandos ao *software* básico do ECF e que esteja, desta forma, cadastrado na Secretaria de Estado de Fazenda.

(1261) § 1º Para fins do cadastro do PAF-ECF, a Subsecretaria da Receita Estadual expedirá portaria estabelecendo:

(1261) I - os procedimentos a serem observados pela empresa desenvolvedora de PAF-ECF;

(1261) II - as hipóteses e situações em que o cadastro será suspenso ou cancelado;

(1261) III - as atribuições, responsabilidades e procedimentos que devem ser observados pela empresa desenvolvedora de PAF-ECF;

(1261) IV - as obrigações acessórias a que se sujeita a empresa desenvolvedora de PAF-ECF.

(1261) § 2º O PAF-ECF deverá atender aos requisitos estabelecidos em Convênio específico celebrado pelo CONFAZ, sem prejuízo do disposto no art. 20 desta Parte.

(1261) § 3º A empresa desenvolvedora do PAF-ECF responsabilizar-se-á por qualquer alteração indevida no programa, devendo providenciar as proteções necessárias para impedir sua manipulação ou sua alteração por terceiros.

(1261) § 4º A responsabilidade prevista no parágrafo anterior será elidida se a empresa desenvolvedora do PAF-ECF provar, inequivocamente, que a alteração tenha sido promovida por terceiro, mesmo tendo sido tomadas as providências exigidas no *caput* deste artigo.

(1261) **Art. 3º** Unidade Autônoma de Processamento (UAP) é o equipamento eletrônico de processamento de dados com capacidade de enviar comandos ao ECF-IF por meio de PAF-ECF gravado em dispositivo interno de memória não volátil e que esteja, desta forma, registrado na Secretaria de Estado de Fazenda.

(1261) § 1º Para fins do registro da UAP, a Subsecretaria da Receita Estadual expedirá portaria estabelecendo:

(1261) I - os procedimentos a serem observados pelo fabricante ou importador do equipamento;

(1261) II - os procedimentos relativos à análise e aprovação do equipamento;

(1261) III - as hipóteses e situações em que o ato de registro será submetido à suspensão, cancelamento ou revisão.

(1261) § 2º O PAF-ECF gravado na UAP deverá atender aos requisitos técnicos estabelecidos na especificação técnica prevista em convênio celebrado pelo CONFAZ, sem prejuízo do disposto no art. 20 desta Parte.

(1261) **Efeitos a partir de 12/11/2008** - Redação dada pelo art. 2º, II, e vigência estabelecida pelo art. 4º, ambos do Dec. nº 44.938, de 11/11/2008.

(1261) CAPÍTULO II
(1261) DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À OBRIGATORIEDADE DE USO DE ECF

(1261) Seção I
(1261) Da Obrigatoriedade de Emissão de Documento Fiscal por ECF

(1261) **Art. 4º** É obrigatória a emissão de documento fiscal por ECF:

(1261) I - na operação de venda, à vista ou a prazo, de mercadoria ou bem promovida por estabelecimento que exercer a atividade de comércio varejista, inclusive restaurante, bar e similares;

(1261) II - na prestação de serviço de transporte público rodoviário regular de passageiros, interestadual ou intermunicipal.

(1261) **Art. 5** Os estabelecimentos industriais, distribuidores ou atacadistas que praticarem, com habitualidade, a venda no varejo deverão criar a seção de varejo e nela utilizar obrigatoriamente o ECF.

(1261) § 1º O titular da Delegacia Fiscal a que estiver circunscrito o contribuinte poderá exigir, mediante despacho fundamentado, que os estabelecimentos referidos no *caput* deste artigo, isolada ou cumulativamente:

(1261) I - mantenham separação física entre o setor fabricante, distribuidor ou atacadista e a seção de varejo;

(1261) II - mantenham, para a seção de varejo, escrituração fiscal distinta dos livros Registro de Entradas, Registro de Saídas e Registro de Inventário;

(1261) III - emitam nota fiscal de transferência da mercadoria do setor fabricante ou atacadista para a seção de varejo, sem débito do imposto, devendo a mesma ser escriturada no livro Registro de Controle da Produção e do Estoque e no livro Registro de Saídas, na coluna “Outras” sob o título “Operações sem Débito do Imposto”.

(1261) § 2º Os procedimentos previstos no parágrafo anterior também poderão ser adotados a requerimento do contribuinte.

(1261) § 3º Os estabelecimentos a que se refere o *caput* deste artigo, relativamente à seção de varejo, debitar-se-ão pelo total das saídas acusado nos documentos fiscais emitidos pelo ECF e, quando for o caso, nas notas fiscais emitidas na forma do art. 16 desta Parte, vedado o abatimento de qualquer valor a título de crédito do imposto.

(1261) § 4º Os procedimentos previstos neste artigo não se aplicam ao contribuinte enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte.

(1261) SEÇÃO II
(1261) Da Dispensa da Obrigatoriedade de Uso de ECF

(1261) **Art. 6º** Fica dispensado da obrigatoriedade de uso do ECF:

(2731) I - o contribuinte que estiver enquadrado como microempresa com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), exceto quando mantiver no recinto de atendimento ao público equipamento que possibilite o registro ou o processamento de dados relativos a operação com mercadorias ou prestação de serviços ou a impressão de documento que se assemelhe ao Cupom Fiscal, ressalvado o disposto no § 1º deste artigo e observado o disposto no art. 8º desta Parte;

Efeitos de 12/11/2008 a 22/12/2015 - Redação dada pelo art. 2º, II, e vigência estabelecida pelo art. 4º, ambos do Dec. nº 44.938, de 11/11/2008:

“I - o contribuinte que estiver enquadrado como microempresa com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), exceto quando mantiver no recinto de atendimento ao público equipamento que possibilite o registro ou o processamento de dados relativos a operação com mercadorias ou prestação de serviços ou a impressão de documento que se assemelhe ao Cupom Fiscal, ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo e observado o disposto no art. 8º desta Parte.”

(2407) II - o estabelecimento de hotelaria, a concessionária de veículos, a oficina de manutenção e reparação de veículos automotores, aparelhos ou equipamentos eletro-eletrônicos ou eletrodomésticos, a cooperativa de produtores rurais, a prestadora de serviço de transporte público rodoviário regular de passageiros, interestadual e intermunicipal e o estabelecimento que praticar com preponderância as operações previstas no inciso III do *caput* deste artigo, quando emitirem Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) ou documentos fiscais por Sistema de Processamento Eletrônico de Dados (PED), autorizado nos termos do [Anexo VII](#), para acobertar as operações ou prestações que realizarem;

(1261) **Efeitos a partir de 12/11/2008** - Redação dada pelo art. 2º, II, e vigência estabelecida pelo art. 4º, ambos do [Dec. nº 44.938, de 11/11/2008](#).

(2407) **Efeitos a partir de 1º/06/2014** - Redação dada pelo art. 1º e vigência estabelecida pelo art. 5º, ambos do [Dec. nº 46.498, de 30/04/2014](#).

(2731) **Efeitos a partir de 23/12/2015** - Redação dada pelo art. 7º e vigência estabelecida pelo art. 9º, ambos do [Dec. nº 46.915, de 22/12/2015](#).

Efeitos de 12/11/2008 a 31/05/2014 - Redação dada pelo art. 2º, II, e vigência estabelecida pelo art. 4º, ambos do Dec. nº 44.938, de 11/11/2008:

“II - o estabelecimento de hotelaria, a concessionária de veículos, a oficina de manutenção e reparação de veículos automotores, aparelhos ou equipamentos eletro-eletrônicos ou eletrodomésticos, a cooperativa de produtores rurais e a prestadora de serviço de transporte público rodoviário regular de passageiros, interestadual e intermunicipal, quando emitirem Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) ou documentos fiscais por Sistema de Processamento Eletrônico de Dados (PED), autorizado nos termos do Anexo VII, para acobertar as operações ou prestações que realizarem;”

(1261) III - observado o disposto nos incisos I e III do *caput* do art. 16 desta Parte, o estabelecimento usuário de ECF, relativamente às operações:

(1261) a) realizadas fora do estabelecimento;

(1261) b) com veículos automotores, máquinas agrícolas e de terraplanagem, reboque e semi-reboque;

(1261) c) de venda para entrega futura, quando houver emissão da nota fiscal de simples faturamento;

(1261) d) destinadas a contribuinte do ICMS ou a órgão público;

(1261) e) com mercadoria destinada a integrar o ativo permanente de pessoa jurídica;

(1261) f) realizadas com empresa seguradora ou de construção civil;

(1261) g) interestaduais;

(1261) IV - observado o disposto no inciso II do *caput* do art. 16 desta Parte, o estabelecimento usuário, relativamente à prestação de serviço de transporte rodoviário de passageiros, quando a emissão do documento fiscal ocorrer:

(1261) a) no interior do veículo utilizado na prestação do serviço;

(1261) b) em locais onde é diminuta a quantidade de documentos emitidos, assim considerado aquele no qual são emitidos até 100 (cem) documentos por dia.

(1261, 2408) § 1º A exceção a que se refere o inciso I do *caput* deste artigo não se aplica ao equipamento eletrônico destinado a viabilizar o pagamento da operação ou prestação por meio de cartão de crédito ou de débito automático em conta corrente, desde que:

(1261) I - as informações relativas às operações e prestações realizadas pelo estabelecimento cujos pagamentos foram realizados por meio de cartão de crédito ou de débito sejam mantidas, geradas e transmitidas conforme estabelecido no [parágrafo único do art. 132](#) deste Regulamento;

(1261) II - o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do estabelecimento seja impresso no comprovante de pagamento.

(2409) § 2º Caracteriza-se a preponderância a que se refere o inciso II do *caput* deste artigo quando 80% (oitenta por cento) dos documentos fiscais emitidos se referirem às operações previstas no inciso III do *caput* deste artigo.

(2410) **Art. 7º**

(2410) I -

(2410) II -

(2410) III -

(2410) § 1º

(2410) § 2º

(2410) § 3º

(2410) § 4º

(2410) § 5º

(1261) **Efeitos a partir de 12/11/2008** - Redação dada pelo art. 2º, II, e vigência estabelecida pelo art. 4º, ambos do [Dec. nº 44.938, de 11/11/2008](#).

(2408) **Efeitos a partir de 1º/06/2014** - Renumeração dada pelo art. 2º e vigência estabelecida pelo art. 5º, ambos do [Dec. nº 46.498, de 30/04/2014](#).

(2409) **Efeitos a partir de 1º/06/2014** - Acrescido pelo art. 2º e vigência estabelecida pelo art. 5º, ambos do [Dec. nº 46.498, de 30/04/2014](#).

(2410) **Efeitos a partir de 1º/06/2014** - Revogado pelo art. 3º e vigência estabelecida pelo art. 5º, ambos do [Dec. nº 46.498, de 30/04/2014](#).

Efeitos de 12/11/2008 a 31/05/2014 - Redação dada pelo art. 2º, II, e vigência estabelecida pelo art. 4º, ambos do Dec. nº 44.938, de 11/11/2008:

“Art. 7º O estabelecimento que praticar, com habitualidade, as operações previstas no inciso III do caput do artigo anterior, poderá, relativamente às demais operações, ser dispensado do uso obrigatório de ECF pelo titular da Delegacia Fiscal a que estiver circunscrito, desde que:

I - o contribuinte emita para todas as suas operações Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, por Sistema de Processamento Eletrônico de Dados autorizado nos termos do Anexo VII ou Nota Fiscal Eletrônica;

II - o contribuinte tenha cumprido regularmente suas obrigações tributárias;

III - a dispensa não prejudique o controle fiscal.

§ 1º O estabelecimento interessado deverá requerer a dispensa por meio do Sistema Integrado de Administração da Receita Estadual (SIARE) instituído pelo Decreto nº 43.953, de 24 de janeiro de 2005.

§ 2º A dispensa de utilização de ECF poderá ser revista, a qualquer tempo, pelo titular da Delegacia Fiscal que a autorizou.

§ 3º Na hipótese de se apurar, em qualquer momento, declarações inexatas prestadas pelo contribuinte, a dispensa de utilização será cancelada, ficando o contribuinte sujeito ao regime especial de controle e fiscalização de que trata o art. 197 deste Regulamento.

§ 4º Caracteriza-se a habitualidade a que se refere o caput deste artigo quando 80% (oitenta por cento) dos documentos fiscais emitidos se referirem às operações previstas no inciso III do caput do art. 6º desta Parte.

§ 5º O requerimento de dispensa poderá ser indeferido, independentemente de outras análises e verificações, se o arquivo eletrônico relativo ao sistema de processamento previsto no inciso I do caput deste artigo não atender às especificações estabelecidas no Anexo VII.”

(1261) **Art. 8º** O estabelecimento enquadrado como microempresa que ultrapassar o valor previsto no inciso I do caput do art. 6º desta Parte ficará obrigado ao uso de ECF após 60 (sessenta) dias contados da data que ultrapassar o referido valor.

(2407) **Art. 9º** Os estabelecimentos a que se refere o inciso II do caput do art. 6º desta Parte deverão atender ao disposto no art. 4º desta Parte, na hipótese de cassação da autorização para emissão de documento fiscal por PED ou da Nota Fiscal Eletrônica, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da ciência da cassação.

Efeitos de 12/11/2008 a 31/05/2014 - Redação dada pelo art. 2º, II, e vigência estabelecida pelo art. 4º, ambos do Dec. nº 44.938, de 11/11/2008:

“Art. 9º Os estabelecimentos a que se referem o inciso II do caput do art. 6º e o art. 7º, ambos desta Parte, deverão atender ao disposto no art. 4º desta Parte, na hipótese de cassação da autorização para emissão de documento fiscal por PED ou da Nota Fiscal Eletrônica, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da ciência da cassação.”

(1261) **Art. 10.** Relativamente aos contribuintes de que tratam os incisos I, II e IV do caput do art. 6º desta Parte, dispensados do uso de ECF, é facultado requerer autorização para uso do equipamento, para as operações ou prestações que realizarem, hipótese em que deverão observar as demais disposições constantes neste Anexo.

(1261) SEÇÃO III

(1261) Da Vedação de Uso de Equipamentos

(1261) **Art. 11.** No recinto de atendimento ao público, é vedado o uso de equipamento destinado exclusivamente ao controle interno do estabelecimento, bem como de qualquer outro que emita documento que possa ser confundido com documento fiscal emitido por ECF.

(1261) Parágrafo único. A utilização de equipamento que possibilite o registro ou o processamento de dados relativos a operações com mercadorias ou a prestação de serviços será admitida, no recinto de atendimento ao público, somente quando o equipamento for integrado ao ECF ou quando utilizado na forma prevista no inciso II do caput do art. 12 desta Parte.

(1261) **Efeitos a partir de 12/11/2008** - Redação dada pelo art. 2º, II, e vigência estabelecida pelo art. 4º, ambos do Dec. nº 44.938, de 11/11/2008.

(2407) **Efeitos a partir de 1º/06/2014** - Redação dada pelo art. 1º e vigência estabelecida pelo art. 5º, ambos do Dec. nº 46.498, de 30/04/2014.

(1261) **Art. 12.** A emissão e impressão do comprovante de pagamento efetuado com cartão de crédito ou de débito automático em conta corrente por estabelecimento usuário de ECF serão feitas:

(1261) I - com a utilização de ECF, devendo o comprovante estar vinculado ao documento fiscal relativo à operação ou prestação, vedada a utilização de qualquer outro equipamento:

(1261) a) que possibilite a não-emissão do comprovante, inclusive do tipo *Point Of Sale* (POS);

(1261) b) para transmissão eletrônica de dados, capaz de capturar assinaturas digitalizadas que possibilite o armazenamento e a transmissão de cupons de venda ou comprovantes de pagamento, em formato digital, por meio de redes de comunicação de dados, sem a correspondente emissão dos comprovantes de pagamento pelo ECF;

(1261) II - com a utilização de equipamento eletrônico não integrado ao ECF, inclusive os referidos nas alíneas do inciso anterior, desde que:

(1261) a) as informações relativas às operações e prestações realizadas pelo estabelecimento cujos pagamentos foram realizados por meio de cartão de crédito ou de débito sejam mantidas, geradas e transmitidas conforme estabelecido no [parágrafo único do art. 132](#) deste Regulamento; e

(1261) b) o número de inscrição no CNPJ do estabelecimento seja impresso no comprovante de pagamento;

(1261) III - manualmente, devendo ser indicada, no documento fiscal, esta circunstância e, no anverso do comprovante de pagamento, as seguintes informações:

(1261) a) o tipo e o número do documento fiscal vinculado à operação ou prestação, devendo o tipo do documento fiscal emitido ser indicado por:

(1261) 1) CF, para Cupom Fiscal;

(1261) 2) BP, para Bilhete de Passagem;

(1261) 3) NF, para Nota Fiscal;

(1261) 4) NC, para Nota Fiscal de Venda a Consumidor;

(1261) b) a expressão “EXIJA O DOCUMENTO FISCAL DE NÚMERO INDICADO NESTE COMPROVANTE”, impressa tipograficamente em caixa alta.

(1261) § 1º Na hipótese do inciso I do *caput* deste artigo, a operação de pagamento por meio de cartão de crédito ou de débito automático em conta corrente não poderá ser concretizada sem que a impressão do comprovante de pagamento tenha sido realizada no ECF.

(1261) § 2º O não-atendimento ao previsto neste artigo sujeita o contribuinte ao disposto no art. 28 desta Parte.

(1965) § 3º Mediante regime especial concedido pela Superintendência de Tributação (SUTRI), que fixará os termos e condições, ao contribuinte industrial fabricante classificado no código 3104-7/00 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), poderá ser autorizada aos estabelecimentos varejistas revendedores dos produtos do industrial a utilização de equipamento Point of Sale (POS) não integrado ao ECF, de propriedade do industrial, para emissão e impressão de comprovante de pagamento efetuado com cartão de crédito ou de débito automático em conta corrente.

(1261) **Art. 13.** Para a emissão do comprovante de pagamento efetuado com cartão de crédito ou de débito automático em conta corrente deverá ser observado o disposto nos incisos II ou III do *caput* do art. 12 desta Parte, conforme o caso, nas seguintes hipóteses:

(1261) I - quando houver impossibilidade de utilização do ECF;

(1261) II - quando houver falha na comunicação de dados entre o estabelecimento usuário e a administradora de cartão de crédito ou débito que impossibilite a emissão do comprovante pelo ECF;

(1261) III - no caso de estabelecimento não-usuário de ECF.

(1261) **Efeitos a partir de 12/11/2008** - Redação dada pelo art. 2º, II, e vigência estabelecida pelo art. 4º, ambos do [Dec. nº 44.938, de 11/11/2008](#).

(1965) **Efeitos a partir de 23/09/2011** - Acrescido pelo art. 1º e vigência estabelecida pelo art. 2º, ambos do [Dec. nº 45.738, de 22/09/2011](#).

(1261) **CAPÍTULO III**
(1261) **DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS AOS DOCUMENTOS FISCAIS**
EMITIDOS POR ESTABELECIMENTO USUÁRIO DE ECF

(1261) **Art. 14.** O trânsito de mercadoria destinada a consumidor final, situado no Estado, poderá ser acobertado por documento fiscal emitido por ECF, desde que o próprio equipamento imprima o nome ou a razão social, endereço, número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), ambos do Ministério da Fazenda, ou o número de outro documento oficial de identificação do adquirente.

(2115) § 1º

Efeitos de 12/11/2008 a 11/12/2012 - Redação dada pelo art. 2º, II, e vigência estabelecida pelo art. 4º, ambos do Dec. nº 44.938, de 11/11/2008:

“§ 1º Na hipótese do equipamento não possibilitar a inserção total dos dados do adquirente, deverá ser impresso, no mínimo, o número de um documento oficial de identificação, sendo permitido registrar os demais dados por outro meio, ainda que no verso do documento fiscal.”

(1261) § 2º Ao documento fiscal emitido na forma deste artigo aplicam-se os prazos de validade previstos no art. 58 da Parte I do Anexo V.

(1261) **Art. 15.** Tratando-se de venda a prazo, o documento fiscal emitido por ECF deverá indicar, no campo destinado a informações complementares, o preço final e os valores e datas de vencimento das prestações.

(1261) **Art. 16.** O estabelecimento usuário de ECF, nas situações abaixo descritas, deverá emitir:

(1261) I - Nota Fiscal de Venda a Consumidor, modelo 2, preenchida manualmente, para comprovação de saída de mercadoria:

(1261) a) na hipótese de ocorrência de anormalidade que impedir o funcionamento do ECF e haja impossibilidade de sua substituição;

(1261) b) por determinação do Fisco, em procedimento de verificação, vistoria ou auditoria dos equipamentos e dos sistemas utilizados pelo contribuinte;

(1261) c) na hipótese de operação de venda realizada fora do estabelecimento que se destinar a consumidor final não-contribuinte do imposto;

(1261) II - Bilhete de Passagem Rodoviário, modelo 13, preenchido manualmente, para comprovação da prestação do serviço de transporte rodoviário de passageiros:

(1261) a) na hipótese de ocorrência de anormalidade que impeça o funcionamento do ECF e haja impossibilidade de sua substituição;

(1261) b) por determinação do Fisco, em procedimento de verificação, vistoria ou auditoria dos equipamentos e dos sistemas utilizados pelo contribuinte;

(1261) c) quando a emissão do documento fiscal ocorrer no interior do veículo utilizado para a prestação do serviço;

(1261) d) quando a emissão do documento fiscal ocorrer nos locais previstos na alínea "b" do inciso IV do *caput* do art. 6º desta Parte;

(1261) **Efeitos a partir de 12/11/2008** - Redação dada pelo art. 2º, II, e vigência estabelecida pelo art. 4º, ambos do Dec. nº 44.938, de 11/11/2008.

(2115) **Efeitos a partir de 11/12/2012** - Revogação dada pelo art. 4º, I, e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do Dec. nº 46.101, de 11/12/2012.

(2112) III - Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, ou Nota Fiscal Eletrônica:

Efeitos de 12/11/2008 a 11/12/2012 - Redação dada pelo art. 2º, II, e vigência estabelecida pelo art. 4º, ambos do Dec. nº 44.938, de 11/11/2008:

“III - Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A:”

- (1261) a) para acobertar operações de transferência e de devolução de mercadoria;
- (1261) b) para documentar estorno de crédito, nos casos de mercadorias deterioradas, inutilizadas, roubadas ou destinadas a consumo ou utilização no próprio estabelecimento;
- (1261) c) na hipótese de operação de venda realizada fora do estabelecimento que se destinar à contribuinte do imposto;
- (1261) d) nas hipóteses das alíneas "b" a "g" do inciso III do *caput* do art. 6º desta Parte.
- (1261) § 1º Nas hipóteses dos incisos I e III do *caput* deste artigo, o imposto, se devido, será debitado com base nas notas fiscais emitidas.
- (1261) § 2º Na hipótese do inciso II do *caput* deste artigo, o imposto será debitado com base nos documentos fiscais emitidos pelo ECF, devendo o estabelecimento centralizador a que se referem o parágrafo único do art. 1º e parágrafo único do art. 2º, todos da Parte 1 do Anexo IX, observar os seguintes procedimentos:
- (1261) I - os Bilhetes de Passagem Rodoviários preenchidos manualmente deverão, até o último dia do período de apuração do imposto a eles relativo, ser registrados no equipamento ECF, admitindo-se o lançamento globalizado, limitado a 50 (cinquenta) documentos, com a impressão de um único documento fiscal pelo ECF;
- (1261) II - estando os Bilhetes de Passagem Rodoviários encadernados em blocos, o Cupom Fiscal emitido pelo ECF não poderá englobar bilhetes de passagem de blocos diversos;
- (1261) III - se, para cada bilhete de passagem emitido manualmente, for emitido um Cupom Fiscal pelo ECF, o mesmo deverá:
- (1261) a) conter, no campo informações complementares, o número, a série e a data de emissão do bilhete de passagem a que se referir;
- (1261) b) ser anexado à via destinada ao Fisco do bilhete de passagem a que se referir;
- (1261) IV - se emitido pelo ECF um Cupom Fiscal englobando mais de um bilhete de passagem emitidos manualmente, o mesmo deverá:
- (1261) a) conter, no campo informações complementares, os números, a série e a data dos bilhetes de passagem a que se refere, podendo esta informação ser indicada por faixa;
- (1261) b) ser anexado ao conjunto das vias destinadas ao Fisco dos bilhetes de passagem a que se referir.
- (1261) § 3º Para fins de escrituração dos documentos previstos nos incisos I e III do *caput* deste artigo e no parágrafo anterior, será observado o disposto em portaria da Subsecretaria da Receita Estadual.

(2112) **Art. 17.** Por ocasião da emissão do Cupom Fiscal poderá ser emitida Nota Fiscal modelo 1 ou 1-A ou Nota Fiscal Eletrônica a ele correspondente, quando o consumidor assim o exigir, hipótese em que será observado o seguinte:

Efeitos de 12/11/2008 a 11/12/2012 - Redação dada pelo art. 2º, II, e vigência estabelecida pelo art. 4º, ambos do Dec. nº 44.938, de 11/11/2008:

“Art. 17. Por ocasião da emissão do Cupom Fiscal poderá ser emitida Nota Fiscal modelo 1 ou 1-A a ele correspondente, quando o consumidor assim o exigir, hipótese em que será observado o seguinte:”

- (1261) I - na nota fiscal emitida deverá ser indicado o Código Fiscal de Operações e Prestações (CFOP) 5929;
- (1261) II - no campo "Informações Complementares" da nota fiscal deverão constar o número do Contador de Ordem de Operação (COO) relativo ao Cupom Fiscal emitido e a identificação da marca, modelo e número de fabricação do ECF que o emitiu.
- (1261) Parágrafo único. Caso o campo "Informações Complementares" não seja suficiente para conter as indicações exigidas neste artigo, poderá ser utilizado, excepcionalmente, o quadro "Dados do Produto", desde que não prejudique a sua clareza.

(1261) **Efeitos a partir de 12/11/2008** - Redação dada pelo art. 2º, II, e vigência estabelecida pelo art. 4º, ambos do Dec. nº 44.938, de 11/11/2008.

(2112) **Efeitos a partir de 11/12/2012** - Redação dada pelo art. 1º e vigência estabelecida pelo art. 3º, ambos do Dec. nº 46.101, de 11/12/2012.